

O REFLEXO DA PANDEMIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

The Reflection of the Pandemic on Public Educational Policies

Maria Levimar Viana Tupinambá¹
Zilmar Gonçalves Santos²

RESUMO:

O estudo tem como princípio analisar a conjuntura das escolas públicas mineiras, no período de 2020 a 2021, um marco temporal na história da educação, conturbada por políticas públicas emergenciais e descentralizadas, decorrentes da Covid 19. Buscou-se analisar os impactos nas práticas dos profissionais da educação, procurando identificar os desafios que as escolas públicas enfrentaram e vem enfrentado diante desta crise. Foi realizado uma pesquisa bibliográfica a luz de autores como: Almeida (2020); Gatti (2020), Moreira (2020); Oliveira (2021); Santos (2020); Silveira (2020); entre outros que desenvolveram estudos sobre esse tema vivenciado nos últimos dois anos. O estudo apontou que houve negligência por parte do governo por não proporcionar políticas públicas que possibilitassem o acesso igualitário à educação no período da pandemia, potencializando dessa forma a desigualdade no processo educacional brasileiro.

Palavras-chave: Pandemia. Educação. Aprendizagem.

ABSTRACT:

The study aims to analyze the situation of public schools in Minas Gerais, in the period from 2020 to 2021, a time frame in the history of education, troubled by emergency and decentralized public policies, resulting from Covid 19. We sought to analyze the impacts on the practices of education professionals, seeking to identify the challenges that public schools have faced and have been facing in the face of this crisis. A bibliographic research was carried out in the light of authors such as: Almeida (2020), Gatti (2020), Moreira (2020); Oliveira (2021); Santos (2020); Silveira (2020); among others who have developed studies on this topic experienced in the last two years. The study pointed out that there was negligence on the part of the government for not providing public policies that would enable equal access to education during the pandemic period, thus enhancing inequality in the Brazilian educational process.

Keywords: Pandemic. Education. Apprenticeship

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta um recorte temporal do período da pandemia da Covid 19, de 2020 a 2021, entretanto sua contribuição é atemporal porque esse contexto histórico social causou mudanças na economia, nos padrões e estilos de vida, e, por consequência, no fazer pedagógico das escolas. Coerente com a per-

cepção de Santos (2020, p. 5), que “a pandemia não foi uma situação de crise contraposta a uma situação de normalidade”. Não obstante, o fazer pedagógico tem raízes mais profundas como as características de infraestrutura das escolas públicas brasileiras, a desvalorização do trabalho docente, a vulnerabilidade econômica vivenciada no país, heranças que antecedem a pandemia. Desta forma, a temática torna-se re-

¹ Mestre em Educação na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Graduada em Geografia pela Unimontes. Email: levimartupinamba2018@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros. Email: zilmar.santos@unimontes.br

levante em todo cenário contemporâneo, pré, durante e pós-pandemia.

É importante salientar que a pesquisa parte da visão de Ifanger e Mastrodi (2019, p. 9) sobre políticas públicas, onde as autoras afirmam que políticas públicas “é a materialização dos objetivos do Estado, escrito em sua legislação interna ou nos tratados e convenções do qual faz parte”. Todavia, a política de estado é independente da atual gestão do governo, ou seja, ela deve ser realizada por todo governante eleito e é garantida pela Constituição, mas muitas vezes não é colocada em prática. Portanto, é necessário refletir em que medida o direito à Educação tem sido concretizado com a qualidade prevista em lei.

Para alcançar o objetivo deste trabalho foi adotada uma pesquisa bibliográfica e documental. Como embasamento teórico serão utilizados autores como: Almeida (2020), Gatti (2020), Moreira (2020), Oliveira (2021), Santos (2020), Silveira (2020), entre outros que desenvolveram estudos sobre esse tema vivenciado nos últimos dois anos.

Analisamos as políticas públicas educacionais adotadas neste período, pois de acordo com Gouvêa (2020, p. 21), “os problemas decorrentes da pandemia na vida da população brasileira não é meramente uma calamidade histórica, mas consequência histórica dos direcionamentos da sociedade no Brasil”. Escolhas políticas anteriores à pandemia também agravaram as múltiplas crises do presente, incluindo a Emenda Constitucional 95 de 2016. Esta lei incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro o Novo Regime Fiscal e, com ele, as despesas primárias da União passaram a ter um teto que pode impossibilitá-la durante o período de sua vigência, de cumprir adequadamente as prestações de sua competência e que são indispensáveis à sociedade. Por consequência, houve queda de 9% nas despesas em educação de todo o país e o orçamento atual é o menor desde o ano de 2010, contribuindo ainda mais no agravamento da situação vivenciada durante a pandemia.

PANORAMA DAS AULAS NA PANDEMIA

A Covid-19 causou grandes mudanças nas vidas das pessoas em nível global, chamando atenção pelo alcance que teve e pela velocidade com a qual se disseminou. A Organização Mundial de Saúde - OMS (2019), recebeu a notificação, em 31 de dezembro de 2019, de casos

de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, com suspeita de serem provocados por uma nova cepa de coronavírus. Uma semana depois, as autoridades chinesas confirmaram se tratar de um novo tipo do vírus, recebendo o nome de SARS-CoV-2. No dia 30 de janeiro de 2020, a OMS emite alerta de emergência na saúde pública de importância internacional, devido à velocidade com a qual o vírus se espalhava entre os continentes. Em 11 de março de 2020, a situação é classificada, oficialmente, como uma pandemia. Assim, apenas os serviços essenciais passaram a funcionar presencialmente, como: hospitais e postos de saúde, transportes públicos, limpeza urbana, postos de combustíveis, mercados, supermercados e comidas através de delivery, as demais atividades foram canceladas ou adiadas para serem realizadas à distância, ações determinantes para prevenir que o vírus se espalhasse.

No Brasil, a oficialização de tal situação ocorreu por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, na qual o governo federal anunciou a emergência no âmbito nacional, e que a situação demandava o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravamentos à saúde pública (BRASIL, 2020). Em 17 de abril de 2020, com apenas três meses e meio do surgimento do vírus, o número de casos já chegava a 2.074.529 no mundo e 28.320 casos subnotificados no Brasil. Este número no Brasil se deu em decorrência da não testagem dos sintomáticos, levando à adoção de medidas rígidas de isolamento social, com utilização de máscaras e rigorosos cuidados com a higiene das mãos como forma de conter o vírus e preservar a vida. Desta forma, os anos de 2020 e 2021 serão lembrados mundialmente como a transformação genérica do ritmo cotidiano das pessoas e da economia, anos que impuseram mudanças nos padrões e estilos de vida. Por consequência, as escolas foram obrigadas a interromper as aulas presenciais e, desde então, gestores e profissionais da educação se desdobraram procurando encontrar alternativas para realizar as atividades de ensino. Segundo o Banco Mundial (2021), em pouco mais de três semanas, cerca de 1,4 bilhão de estudantes ficaram fora da escola em mais de 156 países.

Neste contexto, a pandemia impôs mudanças em toda a conjuntura do cotidiano das escolas, que vêm tentando ressignificar o modo de se fazer educação através do ensino emergencial remoto, com uso de tecnologias digitais

em rede, como estratégia de dar continuidade às atividades escolares, na expectativa de minimizar os danos no processo de escolarização dos estudantes. Sobre o assunto, Silveira (2020, p. 38) assevera que, “o ensino emergencial remoto é uma forma de ensino temporário, emergencial, que objetiva dar continuidade às aulas diminuindo os prejuízos na aprendizagem dos alunos por meio de plataformas digitais”.

De acordo com Gonçalves e Guimarães (2020, p. 3), “o fechamento das escolas públicas, limita a realização das funções de educar, mas também as funções de proteção social assumidas pelo Estado, gerando aprofundamento de desigualdades sociais”. Os autores relatam que o funcionamento das escolas à distância apresentou enormes desafios para os professores, pois eles se viram imersos em uma situação que exigia o desempenho de seu trabalho em condições novas, o que gerou incertezas e ampliou a carga de trabalho e riscos para a sua saúde mental, aliada com a preocupação com as consequências, com a falta de socialização e a aprendizagem dos alunos.

De acordo com Sampaio (2020, p. 1), “o duro rigor do isolamento social, proposto pela Organização Mundial da Saúde - OMS para conter o vírus, fez com que o processo de ensino e aprendizagem necessitasse de uma reavaliação/readaptação de suas ações”. Considerando que 1,5 bilhão de estudantes em 188 países foram acometidos pela pandemia, o que corresponde, a cerca de 91% do total no planeta.

Diante deste cenário, o Ministério da Educação (MEC), no uso de suas atribuições, publica no dia 17 de março de 2020, a Portaria nº 343, dispondo sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais. Também decreta a suspensão das aulas presenciais a partir do dia 23 de março de 2020. Por meio da Medida Provisória nº 934 de 01 de abril de 2020, foram estabelecidas normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior em decorrência da emergência na saúde pública, causada pela pandemia.

Neste contexto, o Conselho Nacional de Educação - CNE emitiu orientações sobre a oferta de atividades não presenciais a partir de discussões com órgãos como: a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Conselhos Estaduais de Educação e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Desta forma, no dia 17 de abril de 2020, o CNE publicou edital de chamamento de consulta pú-

blica para discutir sobre a reorganização dos calendários escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19, recebendo inúmeras contribuições advindas de todo o país.

Sendo assim, em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação publicou o Parecer CP/CNE nº 05/2020 favorável a oferta de atividades não presenciais para todas as etapas de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Além disso, elaborou orientações para adequar calendários escolares, visando a continuação da oferta educacional, por meio de atividades não presenciais. Tratando de um termo pouco usual na Educação Básica esclarece que:

Por atividades não presenciais entende-se, neste parecer, aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar. A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono (BRASIL, 2020, p. 6).

Por meio deste Parecer nº 05/2020, o CNE enfatizou que essas atividades podem ser realizadas através de videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, programas de televisão ou rádio; assim como pode-se optar pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas, distribuído aos alunos e/ou seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. Entretanto, as redes de ensino devem: I) ter como finalidade o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada série/ano; II) assegurar e manter o padrão de qualidade previsto em leis (Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Constituição Federal); III) cumprir a carga horária mínima prevista na LDB; IV) evitar retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola; V) observar a realidade e os limites de acesso dos estabelecimentos de ensino e dos estudantes às diversas tecnologias, sendo necessário considerar propostas inclusivas e que não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais e; VI) garantir uma avaliação equilibrada dos estudantes, assegurando as mesmas oportunidades a todos e evitando o aumento da reprovação e do abandono escolar. Finalmente,

no dia 16 de junho de 2020, o MEC estabelece o ensino remoto, aprovado conforme a Portaria do MEC, nº 544, enquanto durar a pandemia do novo coronavírus.

Behar (2020, p. 2), esclarece que “o ensino é remoto porque professores e alunos estão impedidos por decretos, de frequentarem instituições educacionais”. É uma situação emergencial, porque, do dia para noite, o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado, para ser repensado diante desta nova situação pandêmica. A autora ainda menciona que, “as atividades podem ser desenvolvidas virtualmente em tempo síncrono e/ou assíncrono” (ibidem), ou seja, o encontro virtual entre professor e aluno pode acontecer em tempo exato ou por meio de aulas gravadas, baseando-se na rotina da aula presencial.

Segundo os dados do INEP (2020), dos 88,9% estudantes matriculados, que frequentavam aulas sem precisar de transporte escolar, 40% tiveram acesso às aulas pela *internet*, através das salas *online*, 20% pela tv, 8% pela rádio local, enquanto 20,9% receberam material impresso (PET's e livros). Em Minas Gerais, os gestores escolares tiveram que entregar os PET's - Programa de Estudos Tutorados, em carroças de leite, ambulâncias da saúde e motos, nas localidades em que os alunos necessitavam de transporte escolar ou não possuíam internet. Desta forma, é possível afirmar que o ensino remoto agravou a qualidade da educação pública e a desigualdade educacional. Logo, os sistemas educacionais têm um grande desafio pela frente para reparar as perdas acarretadas por este formato escolar. Portanto, é crucial analisar alguns posicionamentos teóricos sobre as implicações do Ensino Remoto.

Para Moreira e Schlemmer (2020), o ensino remoto é:

[...] predominantemente bidirecional, do tipo um para muitos, no qual o professor protagoniza videoaula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de webconferência. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica são substituídas por uma presença digital numa sala de aula digital. No ensino remoto ou aula remota o foco está nas informações e nas formas de transmissão dessas informações (MOREIRA E SCHELMMER, 2020, p. 9).

Apesar de professores e alunos não estarem no mesmo espaço físico para realização das atividades escolares, o Ensino Remoto é diferente da modalidade de Educação a Distância - EaD,

como afirma Silveira (2020):

O ensino remoto, devido à pandemia da COVID-19, está sendo aplicado como forma emergencial, para dar conta de uma situação até então inesperada, ou seja, os Projetos Pedagógicos das Instituições de Ensino e de seus respectivos cursos não foram construídos para dar conta da modalidade de EaD, a fim de estruturar o currículo e os processos de ensino e de aprendizagem nesta modalidade diferenciada. Desta forma, os professores estão apenas utilizando as TDICs como meio, mantendo as mesmas metodologias de ensino utilizadas no ensino presencial, baseadas, quase que em sua totalidade, na transmissão de conhecimentos, por meio de aulas expositivas e exercícios para fixação do conteúdo (SILVEIRA, 2020, p. 38).

Como afirma Costa (2020, p. 5), “embora este ensino assemelhe-se à EaD por ser mediado pela tecnologia, ele está alinhado aos mesmos princípios da educação presencial”. Os autores mencionam que, as aulas são em tempo real e no mesmo horário que as presenciais, com as mesmas disciplinas e interação diária com o professor, de acordo com o plano de ensino adaptado para a situação emergencial e não como EAD. Há, ainda, outros entendimentos como o de Alves (2020 p. 6) que afirma que, “o ensino remoto ou a educação remota configura-se como as práticas pedagógicas mediadas por plataformas digitais”.

Diante deste contexto, a finalidade do Ensino Remoto foi apoiar e manter o engajamento dos alunos para a continuidade da educação, evitando a evasão escolar. Costa (2020, p. 7) menciona que, “as aulas saíram dos muros das escolas, das paredes das salas de aula, para adentrar no espaço familiar dos estudantes e dos professores”. O autor relata que tanto os professores, quanto os alunos se viram imersos ao mesmo tempo no espaço da escola e no espaço familiar com inúmeros desafios. Segundo o estudioso,

Antes da pandemia, as ferramentas tecnológicas eram subutilizadas nas escolas, especialmente na educação básica. Em um curto espaço de tempo, as escolas precisam encontrar maneiras de se adaptar a essas tecnologias, enfrentando dificuldades, pela falta de formação adequada dos professores para planejar e executar atividades online, em modo remoto. A escola chega às casas por meio do uso da tecnologia e pode ser compreendido como uma suspensão no espaço e no tempo, dos fatores que regulam a escola em seu desenho cotidiano, como forma de adaptar à nova forma de ensinar devido a pandemia (COSTA, 2020, p. 5)

Nessa perspectiva, relacionando ao atual

cenário educacional, vê-se que o desafio diante da pandemia da COVID-19, se apresentou como um grave problema de saúde pública, fomentando implicações de ordem clínica, psicológica, social, econômica, política e abarcando, também, questões educacionais. Considerando as implicações educacionais, vê-se a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, segundo a Constituição Federal (1988) vigente. Nesse sentido, observando a atual circunstância educacional, evidenciam-se as pesquisas relacionadas à aprendizagem, à docência e à inclusão escolar no ambiente remoto e no retorno ao ensino híbrido que as instituições de ensino passaram a aderir. Diante disso, percebe-se a importância de discutir e explicar a dinâmica processual da formação e da prática docente que atuam como mediador para garantir a educação.

Nesse prisma, Martins (2020, p. 251) assevera que o cenário da pandemia trouxe novas e velhas reflexões e preocupações para o campo educacional, tais como “[...] as condições de trabalho do docente, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a relevância e o significado dos temas a serem abordados, o desenvolvimento de práticas pedagógicas centradas no estudante [...]”. Portanto, faz-se oportuno dar voz aos professores das salas regulares da Educação Básica, a fim de compreender sua percepção acerca do momento adverso em que a educação se encontra e os desafios que a pandemia da COVID-19 impôs a sua prática educacional.

Segundo Martins (2020),

Um sistema educacional gerando novas demandas, faz-se necessário pensar o contexto do professor na discussão, no uso das tecnologias digitais em seu processo de ensino, em suas práticas diárias em sala de aula, na complexidade do processo de ensino-aprendizagem, na inclusão, estímulo e motivação tanto de alunos quanto dos professores das escolas públicas ou privadas durante esse período, revelando a fragilidade e necessidade de se rever o sistema educacional e o seu modo de funcionamento e as inúmeras dificuldades encontradas como, a desvalorização da profissão docente, as dificuldades psicológicas e de saúde, a exclusão digital de grande parte da população, a falta de formação adequada dos professores para executar atividades remotas e tantos outros entraves que a educação brasileira passa em dias comuns e agora, em maior potência nesse período pandêmico (MARTINS, 2020, p. 245).

Todas essas questões mencionadas pelo autor são preocupantes, pois a pandemia chegou sorrateira sem dar tempo aos professores

e gestores da educação de se prepararam para enfrentar todas essas diversidades impostas por essa situação.

POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE

Uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), aponta dados coletados entre 8 e 30 de junho de 2020, com 15.654 docentes de todo Brasil, da educação infantil, do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos. Os dados mostram que 82% dos professores estavam dando aulas dentro de casa; 89% não tinha experiência anterior a pandemia para dar aulas remotas; 82% não se sentiam preparados; 42% dos entrevistados, afirmaram que seguiam trabalhando sem treinamento, aprendendo tudo por conta própria; 21% achavam difícil ou muito difícil lidar com tecnologias digitais; 69% declararam ter medo e insegurança em relação ao trabalho remoto e em relação ao futuro; 80% dos professores entrevistados afirmaram não ter tido apoio para obtenção do equipamento de trabalho e nem internet. Os resultados do estudo apresentado, mostram a dificuldade dos professores em lidar com a nova realidade imposta pela pandemia e o esforço pessoal para transmitir a aprendizagem aos estudantes durante a emergência de saúde provocada pelo coronavírus. Esse levantamento também deixou evidente, o sentimento e a percepção dos educadores brasileiros diante dos desafios da suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia de Covid-19.

Oliveira (2020, p. 2) afirma que, “é um cenário preocupante, todos nós fomos surpreendidos pela pandemia, mas os dados refletem a precariedade da oferta da educação básica do Brasil. Na urgência de responder ao direito à educação dos estudantes, o mínimo que as redes poderiam fazer é fornecer essa formação aos docentes”. Mesmo com a pretensão de funcionar como substituto, excepcional, emergencial ou temporário, o ensino não presencial, precisa ter determinadas condições primárias, como acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares), mas é necessário ter acesso à internet de qualidade e ofertar formação aos professores.

Diante dos novos desafios advindos com

a pandemia, os educadores foram obrigados a buscar alternativas para ministrar suas aulas, pautadas num ensino que atendesse às necessidades dos alunos, preparando-os para um mundo cada vez mais tecnológico, virtual e móvel, com o dever de explicitar que tanto informações rápidas quanto informações errôneas, que podem vir a ocorrer com essa acessibilidade.

Sobre o assunto, as pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG, 2020) apontaram que:

Antes mesmo da pandemia, as tecnologias digitais já se encontravam cada vez mais demandadas no cotidiano dos(as) professores(as) da Educação Básica. Com a suspensão das aulas presenciais em decorrência do isolamento social resultante das medidas de prevenção à covid-19, o domínio dessas tecnologias tornou-se necessidade básica. Entretanto, seu uso não estava disseminado no cotidiano escolar, como é demonstrado pela pesquisa quando se observa que a maior parte dos docentes não possui experiência anterior no ensino remoto (GESTRADO/UFMG, 2020, p. 12).

Ainda sobre o assunto, Saviani e Galvão (2020, p. 38), observam que “mesmo os professores que já utilizavam as tecnologias digitais como apoio ao ensino presencial encontraram dificuldades para se adaptar ao ensino remoto, visto que muitos não têm infraestrutura adequada em suas casas, tampouco formação específica para atuar na docência online”. Os autores mostram que, a utilização das tecnologias digitais em rede na educação evidencia que os ambientes virtuais modificam o domínio sobre o fazer docente praticado na modalidade presencial, pois são outros espaços e tempos pedagógicos que se apresentam.

As medidas adotadas para conter o avanço da pandemia, impuseram desafios também para milhões de famílias, que se viram obrigadas a conciliar as rotinas de trabalho, com os cuidados com as crianças e os idosos, estendendo as horas de convívio, muitas vezes, em pequenos espaços sob condições desfavoráveis de conforto. Com a suspensão das aulas presenciais, segundo estimativas do Censo Escolar de 2019, em 2020 (INEP, 2020), cerca de 47,9 milhões de alunos matriculados na Educação Básica nas redes públicas de ensino ficaram sem atividades escolares.

Sobre o assunto, Bernadette Gatti (2020), assevera que:

A situação pandêmica obrigou crianças, adolescentes e jovens a mudarem seus hábitos rela-

cionais e de movimento, a estudarem remoto alguns com boas condições, com acesso à internet, com os suportes necessários (computador, tablet ou celulares), mas muitos não dispoem dessas facilidades, ou dispoem com restrições (por exemplo, não dispoem de rede de internet ou de computador ou outro suporte, posse de celulares pré-pagos com pouco acesso a redes; um só celular na família etc.), contando ainda aqueles sem condição alguma para uso dos suportes tecnológicos escolhidos para suprir o modo presencial. (GATTI, 2020, p. 32)

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) mostrou que 47 milhões de brasileiros permanecem desconectados. Sobre a realidade dos alunos, o IPEA estima que cerca de 6 milhões de alunos vivem completamente sem acesso à internet fixa ou móvel em casa e apenas 11% dizem fazer uso da rede exclusivamente no celular. Nos domicílios brasileiros, 9,1% não possuem acesso a qualquer tipo de serviço de telecomunicações, como telefonia fixa, móvel, tv por assinatura ou internet. Ainda conforme o Instituto, uma das primeiras questões gerais que influencia e é influenciada pelos serviços de telecomunicações, especialmente o acesso à internet em banda larga, é a posse de equipamento como o computador.

Segundo o IPEA (2020), atualmente, 51% dos lares brasileiros possuem um computador, utilizado por toda família, enquanto 48,1% ainda não dispõem desse tipo de equipamento e 49% não sabiam nem usar a internet. Entretanto, 29% dos domicílios, o que equivale a aproximadamente 19,7 milhões de residências, não possuem internet. Destaca-se, ainda, que 41% dos entrevistados alegaram não possuir computador para ter o acesso às aulas e conteúdo. Considerando as regiões do país, o Nordeste é onde há o segundo maior percentual de domicílios sem computador, 60%. Em seguida, está o Norte, em que 64,7% dos domicílios não possuem computador. No Centro-Oeste, Sul e Sudeste, esse percentual é de 54,7%, 46,5% e 45,3%, respectivamente. Estes fatores se constituíram, assim, como entraves para o bom desenvolvimento das atividades remotas, pois o computador realiza um conjunto de aplicações que podem não ser compatíveis ou facilitadas quando feitas nos smartphones.

Embora a pesquisa do IPEA (2020) indique que 98% das residências têm aparelho de televisão, em termos de acesso, esse é certamente o meio mais acessível, dada a presença massiva nos lares. Todavia, é válido destacar que um

ensino mediado por essa tecnologia possui muitas limitações, sobretudo a que se relaciona ao processo de interação ou à troca socializadora, que favorece fortemente a aprendizagem. Por consequência, segundo levantamento do Fundo das Nações Unidas - UNICEF (2020), com a pandemia e a interrupção das aulas presenciais, 5,5 milhões de estudantes brasileiros, de 06 a 17 anos deixaram de estudar, sendo que esta soma envolve alunos que abandonaram os estudos e os que estavam matriculados, mas não receberam atividades para fazer em casa.

Segundo Hanzelmann (2020, p.2), “o baixo salário, a falta de infraestrutura na escola e pouco tempo disponível, são alguns dos problemas evidenciados pelos professores na elaboração de atividades práticas”. O autor relata que se não fosse pela falta de investimento em infraestrutura das escolas e na carreira dos professores para aumentar o tempo de dedicação na elaboração das atividades, aumentariam, sem dúvida a participação e o interesse dos alunos nas aulas. Desta forma, comprar um computador, um celular e pagar internet do seu próprio bolso, tornou-se uma situação inviável para o professor, porque não houve investimento por parte do Governo para isso, demonstrando, assim, omissão em criar políticas públicas bem planejadas para atender ao momento excepcional imposto pela pandemia.

Sobre o assunto, Gonçalves, Pereira e Santos (2020) corroboram:

Pensar sobre esse cenário educacional nas escolas [...] nos faz constatar que a lógica neoliberal que impera nas economias capitalistas se mostra incompatível em um contexto em que há maior necessidade de atuação do Estado e revela suas fragilidades mediante uma crise global. O mundo capitalista cada vez mais neoliberal se encontra em um paradoxo de mudança de concepção de Estado mínimo para Estado máximo na corrida contra os efeitos catastróficos da pandemia (GONÇALVES; PEREIRA, SANTOS, 2020, p. 4).

Os autores refletem sobre o cenário que as escolas vivenciaram durante a pandemia, enfatizando a omissão do Governo em criar políticas públicas eficazes que não atendam à economia do capitalismo neoliberal, mas que atendam às necessidades impostas pela pandemia à educação. Os órgãos públicos da educação estipularam as mudanças que deveriam ocorrer no âmbito educacional em função da necessidade do isolamento social, mas os profissionais das escolas tiveram de fazer funcionar o novo formato de educação em situações adversas.

De acordo com Cordeiro (2020, p. 3), “este cenário produzido pelo coronavírus terá efeitos perenes e permanentes sobre a forma de aprender e de se ensinar, já que gerou novos hábitos e comportamentos para a adaptação a essa realidade”. O autor aborda que a pandemia, exigiu ações e práticas renovadas, tanto nas famílias, quanto nas instituições de ensino, que foram obrigadas a rever uma série de processos, conceitos, estruturas e metodologias. Por consequência, aprendemos a lidar com a imprevisibilidade. Essa excepcionalidade exigiu um trabalho em grupo muito mais alinhado e consistente.

Diante do exposto, essas novas formas assumidas pela educação, tiveram repercussões mais profundas em termos sociais, pois a educação atualmente, escancarada por essa nova tendência, quase que forçadamente, se mostra por trás de uma pesada maquiagem “institucionalizada”.

Para Arruda (2020, p. 5), “o surgimento do coronavírus mudou a rotina de professores e alunos, novos desafios foram impostos”. Isso tudo, afetou a qualidade do trabalho dos professores, que foram obrigados a dividir a atenção com rotinas caseiras, com a falta de equidade na acessibilidade às tecnologias pelos atores da educação, com a rotina dos estudantes dividida com distrações ou com outras atividades caseiras. Esses novos desafios na realização das atividades docentes aliados ao momento de insegurança e incertezas vivenciados no período da pandemia, afetaram a dinâmica pedagógica dos profissionais da educação.

O ENSINO REMOTO EM MINAS GERAIS

Ao verificar os efeitos do processo de implementação da educação remota na Rede Estadual de Minas Gerais, pretendemos localizar a trajetória dessa política pública, já que, segundo Pires (2019, p. 1), “seus resultados dependem da organização estatal e a capacidade de estudantes e professores articularem essa política”, ou seja, os resultados estão associados ao entendimento que se faz sobre a política pública e o trabalho realizado a nível local, durante seu processo de execução.

Diante do cenário da pandemia, o Governo do Estado de Minas Gerais estabeleceu a Resolução SEE/MG, nº 4310 em 22 de abril de 2020, determinando a adoção do Regime Especial de Atividades Não Presenciais - REANP para cum-

primento da carga horária mínima exigida em cada nível da Educação Básica. Direcionou-se uma proposta vertical e improvisada advinda do MEC, devido ao contexto emergencial, evidenciando tensões e fragilidades no processo. O Estado de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que cumpriu o seu papel institucional, potencializou a discricionariedade dos atores envolvidos e os efeitos derivados desses processos.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), em novembro de 2021, realizou uma atuação fiscalizatória para averiguar as ações implementadas pelos municípios mineiros a fim de assegurar o direito à Educação no cenário da pandemia da covid-19. Embora quase metade dos municípios do Estado, não souberam informar as condições domiciliares dos alunos para aulas online, do total de 853 municípios, apenas 753 responderam aos questionários enviados pelo TCEMG (88%). Constatou-se que mais de 146 mil alunos da Rede Pública de Ensino no Estado (9,7%) não tinham acesso à internet, computador ou tablet.

Entre os municípios pesquisados, 13 não implementaram nenhuma estratégia para oferecer aulas ou conteúdos pedagógicos para os estudantes no período da pandemia. Dos 740 municípios que informaram possuir estratégias, 67% iniciaram ensino remoto no primeiro semestre de 2020, 3% no segundo semestre do mesmo ano e 30% no primeiro semestre de 2021. Assim, em um estado com 853 municípios, 47 Superintendências Regionais de Ensino - SRE, marcado por profundas desigualdades regionais e sociais, a implementação do Regime Especial de Atividades Não Presenciais - REANP revelou a complexidade desse processo.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNAD) do IBGE (2019), a população estimada do estado de Minas Gerais é de 21 milhões de pessoas. Desse total, 74,8% utilizam Internet e 25,2% não utilizam. Ainda segundo a Pnad, 79,3% dos domicílios mineiros particulares utilizam internet, 99,4% a utilizam via telefone móvel celular, 50,2% por meio de microcomputador e 14,7% por meio de tablet. Quanto à presença de aparelhos de televisão, a pesquisa aponta que 97% dos domicílios mineiros possuem acesso às aulas remotas através da televisão.

Neste contexto, o REANP no Estado de Minas Gerais foi organizado em três eixos, que se constituem como tecnologias vinculadas: o Plano de Estudos Tutorados (PET), o Programa Se Liga na Educação e o aplicativo Conexão Escola,

todos com o objetivo de viabilizar diferentes ferramentas de ensino para atender ao maior número de alunos possível. Em média, segundo o Tribunal de Contas da Educação de MG, 70% dos alunos tiveram aulas por meios digitais durante o ensino remoto. A ferramenta mais utilizada para contato entre escola e aluno/pais foi à distância através do WhatsApp, com mais de 95% de utilização. As videoaulas gravadas foram utilizadas por 75% a 80% dos municípios. As aulas ao vivo, com interação entre estudantes e professores, variaram entre 23% (pré-escola) e 41% (ensino fundamental). Portanto, os servidores em exercício nas escolas, além de observarem suas atribuições, (planejamentos, avaliações e reuniões de módulo) já previstas na legislação vigente, guiaram-se por outras ações extraordinárias, voltadas ao atendimento dos estudantes durante o período do Regime Especial de Teletrabalho e uso do Programa de Estudos Tutorados - PET que, consiste em apostilas com conteúdo das disciplinas, concentrados em volumes e por etapa de ensino, com orientações de estudos e atividades organizadas por ano de escolaridade (1º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio). Os assuntos abordados, foram baseados no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O PET foi elaborado por professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais e contou com a colaboração da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Seccional de MG (UNDIME). Os arquivos foram disponibilizados em volumes estruturados com um resumo do conteúdo e com exercícios de fixação no site Estude em Casa, da SEE/MG, no aplicativo Conexão Escola e podia ainda serem enviados por e-mail aos responsáveis pelos alunos e aos professores. Quanto aos estudantes sem acesso à Internet, foram disponibilizados materiais impressos (PET's e atividades complementares). Entretanto, as atividades não estavam separadas por área do conhecimento, fato que podia dificultar o entendimento das atividades.

O "Se Liga na Educação" é um programa em formato de teleaula, oferecido pela Secretaria Estadual de Educação de MG com o apoio da Rede Minas e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Ministradas por professores da SEE/MG aos alunos da rede pública, as tele aulas foram exibidas pela Rede Minas, disponibilizadas no canal da SEE, no YouTube e no aplicativo Conexão Escola, para visualização assíncrona.

O aplicativo Conexão Escola foi desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), que a SEE/MG disponibilizou para que alunos, professores e responsáveis tivessem acesso aos vídeos e materiais impressos criados, tanto por meio do telefone celular, quanto computador através do Conexão Escola Web. No aplicativo, os usuários podiam ver as aulas que foram transmitidas pela TV e podiam baixar o PET no formato PDF. Conforme Coelho e Oliveira (2020), mais de um milhão de usuários baixaram o aplicativo para celulares. Para os autores, “A implementação do REANP pelo governo estadual mineiro evidencia a fragilidade gerencial da SEE (e do próprio Estado) que transfere para as famílias e professores a provisão da formação” (COELHO E OLIVEIRA, 2020, p. 1).

Segundo Oliveira (2020, p. 1), “a forma de lidar com as tecnologias e seus avanços é um dos maiores desafios que a escola e os profissionais da educação vem enfrentando”. A autora enfatiza a falta de capacitação dos professores para lidar com as tecnologias e com esse tipo de ensino, o que causou medo, insegurança e adoecimento. Professores e alunos foram impulsionados a buscar formação e atualização digital (por conta própria) para manter a continuidade de suas atividades educacionais nas salas de aulas digitais.

O acesso às ferramentas de tecnologias digitais para garantir o prosseguimento das atividades escolares evidenciou mais ainda as diferenças sociais existentes no estado. Por esse motivo, foi necessário organizar PET's impressos e distribuir kits de alimentação, ação resultante das verbas de merenda, para entregar às famílias, como medida de se evitar a evasão escolar.

Para Schmidt et al. (2020, p. 15) “a pandemia do coronavírus trouxe não apenas a Covid-19, doença que vem matando milhares de pessoas em todo o mundo, mas também suscitou o debate acerca dos cuidados com a saúde mental da população”. Todavia, para isso acontecer, algumas mudanças são necessárias para a evolução do mundo e da educação como um todo.

Gonçalves, Pereira e Santos (2020) afirmam que:

[...] O debate sobre o futuro da educação é tarefa imprescindível no campo da academia, dos profissionais, e deve ser problematizado pelo conjunto da sociedade. A resistência por meio de lutas em defesa da educação pública deve ser sistemática quanto a garantia da qualidade e equidade, devendo ser cada vez mais incor-

porada às políticas educacionais durante e após esse cenário (GONÇALVES; PEREIRA; SANTOS, 2020, p. 4).

Os autores revelam a necessidade de debater o novo cenário da educação no campo ou espaço de formação dos professores e no âmbito das políticas públicas educacionais, no intuito de lutar pela defesa do ensino público de qualidade. Desta forma, a pandemia fez com que o ensino formal ultrapassasse os muros das escolas, possibilitando novos olhares para a organização dos processos escolares, currículos, metodologias e para projeto político pedagógico com o objetivo de nortear os rumos da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo pedagógico e o currículo escolar não estão desvinculados da realidade do meio social, bem como a formação permanente que deve estar ligada à capacidade dos professores em compreenderem não só o que vão ensinar, mas também como irão ensinar. Assim, a metodologia de ensino não pode estar desarticulada dos conteúdos, pois é preciso pensar em novas políticas públicas que possam atender à educação nos pós pandemia.

Nesse contexto, vimos, como as políticas públicas educacionais influenciaram no cotidiano das escolas e nas práticas dos profissionais da educação no período da pandemia, os desafios e impactos diante do enfrentamento dessa crise pandêmica e, ainda, como esse momento afetou a mudança do currículo. Portanto, diante das dificuldades que emergiram com a pandemia, houve grandes transformações sociais nas pessoas e nos sistemas educacionais, além dos prejuízos no processo de ensino aprendizagem acarretados nesse período. Nesse sentido, faz-se necessária a construção de novas práticas pedagógicas, a fim de buscar o rompimento das dicotomias apresentadas e compreender todo o contexto educacional durante e pós pandemia para, assim, ressignificar as escolas públicas estaduais.

Ao analisarmos os impactos da Covid 19 nas práticas dos profissionais da educação, procuramos identificar os desafios que as escolas públicas enfrentaram diante dessa crise. Ficou evidente que não houve por parte do Governo Federal um planejamento adequado para ajudar Estados e Municípios a enfrentarem o isolamento social, percebendo uma carência de políticas públicas educacionais, que dificultaram

o processo de adaptação neste momento, pois tiveram de criar seus próprios meios para superar a crise pandêmica e evitarem a paralização da educação.

A situação vivenciada neste contexto de pandemia, comprovou a necessidade de um planejamento emergencial que contemplasse situações excepcionais, levando em conta a realidade e as especificidades local, regional e nacional, pois a única ação adotada pelo Governo Federal, foi permitir a adoção de aulas remotas que, estavam previstas na atual Constituição, em situações excepcionais de catástrofes ou guerras. Os resultados encontrados a partir da análise bibliográfica de estudos e pesquisas abordando a pandemia realizadas durante o momento pandêmico demonstraram que os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas de ensino durante este período, foi a transição das aulas presenciais para aulas remotas, o que exigiu conhecimento e acesso aos recursos tecnológicos por toda comunidade escolar, levando muitos profissionais da educação ao desespero e à ansiedade.

O Governo, tanto na esfera federal quanto estadual falhou por não proporcionar acesso igualitário à educação no período da pandemia, pois faltou planejamentos com ações efetivas e estratégias a fim de mitigar os prejuízos causados aos professores e alunos para o desenvolvimento de uma educação pautada em qualidade com uso de instrumentos tecnológicos. Desta forma, se faz necessário a implementação de políticas públicas educacionais para sanar os prejuízos na aprendizagem dos alunos e enfrentamento estratégico para o período pós pandêmico.

Se já existia desigualdade no acesso e na qualidade da educação, a Covid-19 potencializou o desnivelamento do desempenho dos estudantes e constatou-se a necessidade de obter acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, com psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos, para ajudar os alunos e professores, que conviveram com perdas de entes queridos, e, buscar alternativas para ultrapassar a imensa dificuldade e desigualdade de aprendizagem impostas pela pandemia. Serão necessárias ações de apoio não só aos estudantes, mas também aos diretores (gestores escolares), coordenadores pedagógicos, professores e às famílias, tendo em vista que o redesenho da educação tem impactado toda a comunidade escolar.

A pandemia do Covid-19, evidenciou ainda mais os déficits de desigualdades sociais que sempre foram vivenciadas e demonstradas

na economia capitalista, mas também se revelou como um potente agravante dos problemas educacionais já existentes, exigindo priorizar a educação sob uma perspectiva multifacetada causada pela situação pandêmica, que desafiou e impactou as escolas públicas e o trabalho dos professores, tendo em vista que o acesso à educação é um direito que precisa ser garantido de forma igualitária.

Assim, apesar dos desafios enfrentados pela educação em tempos de pandemia, as escolas públicas estaduais de educação básica no Ensino Fundamental e Médio, com apoio de professores, gestores e especialistas, conseguiram se reinventar e dinamizar as novas formas de ensino e aprendizado propostas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais com a elaboração de PET's, aulas através das salas no classroom, confecção de vídeos e criação de salas no whatsapp. Isso promoveu a diminuição nos impactos que o período de ausências das aulas presenciais com distanciamento entre professores e alunos causou. Também foi importante, a conscientização por parte das famílias sobre o papel presencial do professor na vida acadêmica dos alunos para mediar situações de aprendizagem, pois alguns pais não se sentiam preparados para tal tarefa. Os alunos sentiram falta da motivação dos professores para receber os conteúdos planejados, que, em casa, não conseguiram obter através dos pais.

Embora o estudo tenha tratado da política do Estado de Minas Gerais adotada no período pandêmico e as suas consequências, foi imperativo abordar a omissão do Governo Federal brasileiro, pois não houve ações efetivas do Ministério da Educação - MEC para garantir o acesso a orientações educacionais durante o período de fechamento das escolas ou para garantir o retorno seguro ao ensino presencial. Além disso, cabe destacar também a falta de responsabilidade do governo federal para com a saúde pública, haja vista a demora na compra de vacinas, fatores que, também incidiram na nova crise educacional, uma vez que o acesso às vacinas, teria sido um caminho mais curto para o retorno às aulas com garantias de prevenção ao vírus da Covid 19 para os professores, estudantes e às suas famílias, bem como a toda comunidade escolar. Desta forma, as escolas estaduais públicas de Minas gerais assumiram as rédeas operacionais durante o período da pandemia, com base nas diretrizes mineiras, que foi o foco deste estudo, e nas estruturas disponibilizadas pelo estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Interfaces Científicas - Educação*, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 348-365, 4 jun. 2020. Universidade Tiradentes.

ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede-Revista de Educação a Distância*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BANCO MUNDIAL. COVID-19 no Brasil: impactos e respostas de políticas públicas. Washington, DC: BM, 2020. Disponível em www.worldbank.org. Acesso em 11 de maio de 2020.

BRASIL. Constituição (1988): Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 28 março 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: www.basenaionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 22 julho de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 10 de abril de 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 934 de 1 de abril de 2020. Brasília, DF. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em 26 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N.º 188, de 3 de fevereiro de 2020. Brasília: Diário Oficial da União: seção I, edição 24-A, 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/>. Acesso em 10 junho de 2020.

BRASIL. Portaria 343, de 17 de março de 2020. Brasília, 2020. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 30 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer n.º 05 de 28 de abril de 2020. Disponível em WWW.mec.gov.br. Acesso em abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 544, de 16 de jun. 2020. Disponível

em <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3185/portaria-mec-n-544-2020>>. Acesso em 30 julho de 2021.

BEHAR, P. A. O ensino remoto emergencial e a educação a distância. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em 10 de abril de 2020.

COELHO, A. P. S.; OLIVEIRA, D. S. Saúde mental e qualidade do sono entre estudantes em tempos de pandemia da COVID-19. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 9. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/>. Acesso em: 10 janeiro de 2022.

CONSED - CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020. Brasília. Disponível em www.consed.info/ensinoremoto. Acesso em 12 de junho de 2020.

CORDEIRO, K. M. de A. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020.

COSTA, Renata. Lições do Corona vírus: Ensino remoto emergencial não é ead. *Desafios da Educação*.02.04.2020. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/coronavirus-ensino-remoto>. Acesso em 02 maio de 2020.

GATTI, Bernardete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. São Paulo, SP: Fundação Carlos Chagas, Brasil, 2020.

GESTRADO - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. Trabalho docente em tempos de pandemia. Base de dados. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho; GUIMARÃES, Jane Mary de Medeiros. Aulas remotas, escolas e a carga de trabalho docente. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 772-787, set./dez. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/>. Acesso em 26 março de 2021.

GONÇALVES, Lílian Fernanda de Mello Bezerra; PEREIRA, Leandro Ferraz; SANTOS, Jakes Paulo Félix. Os rumos da educação pública mineira no contexto da pandemia do novo Coronavírus. *Revista Educação Básica em Foco*, v.1, n1, 2020. Disponível em: <https://educacaobasicaemfoco>.

net.brNumeroAtual/Artigos/OsRumos-da-Educacao-Publica-Mineira-Lilian-Leandro-Jakes.pdf . Acesso em 23 julho de 2021.

GOUVÊA, M. M. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, Elaine et al (org.). Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. p. 19-28.

HANZELMANN, R. S.; PEREIRA, E. A. A.; VELASCO, A. R.; SILVA, A. S.; OLIVEIRA, E. B.; PASSOS, J. P. Estresse do professor do ensino fundamental: o ambiente em vivência. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, 2020.

IFANGER, F. C. de A; MASTRODI, J. Sobre o conceito de políticas públicas. *Revista de Direito Brasileira*. Florianópolis, SC. v. 24, n. 9, p. 05-18, dez. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Estudos e Pesquisas. Brasília 2020. Disponível em www.inep.gov.br . Acesso em 15 de abril de 2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em www.ipea.gov.br . Acesso em 10 de abril de 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília, 2019. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em abril de 2020.

MARTINS, Â. M. O campo das políticas públicas de educação: uma revisão da literatura. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 24, n. 56, p. 241-245, 2020. DOI: 10.18222/eae245620132741. Disponível em www.publicacoes.fcc.org.br. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 4.310, de 17 de abril de 2020. Disponível em: www.educacao.mg.gov.br . Acesso em 31 de julho de 2020.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. *Revista UFG*, v.20, 2020. Disponível em www.ufg.br . Acesso em 15 de abril de 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O trabalho docente em tempos de pandemia - Relatório Técnico / Dalila Andrade Oliveira, Edmílson Pereira Ju-

nior, Ana Maria Clementino. Gestrado/UFG-Belo Horizonte, 2020.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2019). Disponível em: <<https://www.paho.org/bra> . Acesso em 07 abril de 2020.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2020). Disponível em: <https://www.who.int/eportuguese/publications/pt/>. Acesso em 28 abril de 2020.

PIRES, L. L. de A. A Educação de Jovens e adultos: o educando e o contexto da pandemia. *Itinerarius Reflectionis*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 01-20, 2019. DOI: 10.5216/rir.v16i1.65616. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/65616>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

SANTOS, Claitonei de Siqueira. Educação escolar no contexto de pandemia: algumas reflexões. *Gestão & Tecnologia Faculdade Delta*, v. 1, n.30, p. 44-47, jan./jun. 2020.

SAMPAIO, R. M. Práticas de ensino e letramentos em tempos de pandemia da COVID-19. *Research, Society and Development*. V.9. n.7, p. 30 a 51, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4430. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4430>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Universidade & Sociedade*, 2020. 1(67), 36-49.

SILVEIRA, Sidnei Renato et al. O Papel dos licenciados em computação no apoio ao ensino remoto em tempos de isolamento social devido à pandemia da COVID-19. *Série Educar Prática Docente*, p. 35. 2020.

SCHMIDT, Beatriz et al. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: a quarentena na COVID-19 - orientações e estratégias de cuidado. Rio de Janeiro: Fiocruz/CEPEDES, 2020. 15 p. Cartilha.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos da Criança. 2020. Disponível em www.dhnet.org.br . Acesso em 04 de junho de 2022.

UNESCO. Marco de ação e recomendações para a reabertura de escolas. abr. 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org/brazil/files/2020-06/UNESCO_COVID-19_framework_por_2020_0.pdf. Acesso em 1 de março de 2022.